

Datas de terra no parcelamento urbano colonial e seu impacto na morfologia urbana: o caso de Campinas, Brasil (1815-1859)

Rodolpho Corrêa^a , Silvia A. Mikami G. Pina^b  e
Evandro Ziggianti Monteiro^c 

^a Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, grupo de pesquisa (CNPq) HABITARES - Humanizar o Habitar e a Cidade, Campinas, SP, Brasil. E-mail: rodolpho.hcorrea@gmail.com

^b Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, grupo de pesquisa (CNPq) HABITARES - Humanizar o Habitar e a Cidade, Campinas, SP, Brasil. E-mail: smikami@fec.unicamp.br

^c Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, grupo de pesquisa (CNPq) FLUXUS - Grupo de Ensino em Políticas Públicas, Sustentabilidade Socioambiental e Morfologia Urbana, Campinas, SP, Brasil. E-mail: evandrozig@fec.unicamp.br

Submetido em 20 de julho de 2019¹. Aceito em 18 de dezembro de 2019.

Resumo. Na colonização portuguesa da América as vilas fundadas seguiam o princípio de ocupação do território pela cessão das terras comuns dos rossios em parcelas – chamadas datas de terra – mediante a obrigação de se edificar. Estas cessões, juntamente ao processo de arruamento, estabeleciam o uso urbano do solo, materializando parcela e edifício, quadra e rua, dando efetividade ao plano urbano. Este artigo busca compreender a dinâmica de ocupação do território e formação da morfologia urbana baseada nos procedimentos de parcelamento e arruação luso-brasileiros, a partir do caso do núcleo central da cidade de Campinas, Brasil, no período 1815-1859, coincidente com os registros de distribuição das datas de terra pela câmara municipal. Os registros escritos foram compilados e suas informações foram extraídas e cruzadas na forma de grafos, de modo a permitir a geolocalização das parcelas descritas textualmente. Partiu-se, portanto, do registro não-gráfico ao registro gráfico, com a elaboração de mapas que possibilitaram identificar o desenvolvimento da morfologia urbana do núcleo central de Campinas no período. Os resultados obtidos confirmam a potência da análise deste tipo de registro na contribuição para a ciência da morfologia urbana das cidades de matriz portuguesa e das cidades do período colonial brasileiro.

Palavras-chave. morfologia urbana, datas de terra, parcelamento, arruação, Campinas.

Introdução

Desde o início dos estudos acerca da morfologia urbana até os dias atuais foram desenvolvidas diferentes técnicas e metodologias de estudo da forma urbana (Gauthiez, 2004). Dentre elas, a metodologia e base conceitual estabelecida por Conzen (1960) enfatiza a importância de um

entendimento correto das parcelas e dos diferentes sistemas de parcelamento como um dos elementos geradores do plano urbano de uma cidade. O trabalho de Conzen (1960) estrutura a dinâmica de implantação, ocupação e modificação das parcelas urbanas, a partir das observações sobre as cidades medievais britânicas. Entretanto,

conforme observado por Pereira Costa e Netto (2015, pp.108–109) o padrão observado nessas cidades é comum em suas características essenciais ao que se pode observar em outras cidades europeias e em suas colônias, fruto de um sistema econômico de base feudal que previa uma multiplicidade de usos dentro das parcelas urbanas para além da habitação, ligados à subsistência e expansão do núcleo familiar.

A marca fundamental deste sistema sobre o parcelamento, identificada por Conzen (1960), é o estabelecimento da parcela como uma faixa de terra estreita e profunda, ligada originalmente a uma única via de acesso e que se foi sendo subdividida fazendo surgir a forma do quarteirão tradicional. Teixeira (2012, pp.87–95) demonstra que essa dinâmica também pode ser encontrada no território português, bem como em todas as regiões colonizadas por Portugal, onde a evolução na ocupação deste tipo de parcela e sua adequação ao plano urbano têm reflexos diretos na estrutura do quarteirão e na hierarquia viária, de modo que a dinâmica de ocupação destas parcelas e o sistema de parcelamento delas resultante reflete no plano de implantação dos edifícios e no próprio sistema viário. O autor identifica e classifica em três os modos principais de formação dos quarteirões e da hierarquia viária das cidades portuguesas, estabelecendo uma dinâmica de sucessão entre elas à medida que foi se desenvolvendo (historicamente) àquela subdivisão e mudança de usos indicadas por Conzen (1960).

Em termos gerais, segundo Teixeira (2012) a primeira e mais antiga forma é caracterizada por quarteirões estreitos e alongados, nos quais as parcelas se desenvolvem tomando toda a profundidade disponível. Configura, deste modo, um quarteirão no qual a testada da parcela voltava-se para uma rua principal, mais larga e destinada a circulação prioritária, enquanto a face dos fundos voltava-se para uma rua de serviços, que foi paulatinamente se formando a medida que ocorrem as primeiras ocupações nos fundos das parcelas. O segundo tipo, é aquele em que há parcelas de ambos os lados maiores do quarteirão, estando seus quintais voltados para o interior. Desta maneira, o quarteirão tem duas faces eliminando a hierarquia entre ruas principais e de serviço, onde as ruas que margeiam as faces maiores dos quarteirões

são equivalentes e se desenvolvem como ruas principais, ao passo que os quarteirões são cortados – de tempos em tempos – por becos ou ruas travessas, que permitem a transposição entre as ruas principais e para os quais se voltam os muros laterais das parcelas marginais. E o terceiro, um desenvolvimento posterior, é aquele em que os quarteirões tendem ao quadrado, possuindo frentes de parcelas em todas as suas quatro faces, formando um quarteirão em que não há diferenças hierárquicas entre as vias.

Esta intrincada correlação entre parcela, quarteirão, largura e hierarquia viária – em que a definição de uma proporção ou dimensão de um destes elementos influi nos demais – era, como observa Lamas (2000, p.86), juridicamente regulada, uma vez que as dimensões e proporções das parcelas ocupadas definiam, simultaneamente, as dimensões dos quarteirões, o ritmo e hierarquia das vias e, em grande medida, a separação entre o solo público e o privado. Como observa Lamas:

A urbanização implica parcelamento, quer subdividindo os parcelamentos rurais quer impondo nova divisão cadastral. Desde as mais antigas cidades até o período moderno, a edificação urbana foi interdependente da divisão cadastral. Construir uma cidade foi também separar o domínio público do domínio privado. (Lamas, 2000, p.86)

Com relação à colonização portuguesa na América, foi transportado e implementado na colônia o mesmo instituto jurídico que regia a distribuição e posse das terras na metrópole: a sesmaria cujas origens podem ser recuadas a lei de 1375, sob o reinado de D. Fernando I (Sueyoshi, 2007, p.695), sendo incorporado e atualizado nas ordenações posteriores, estando vigente nas Ordenações Afonsinas (1446), Manuelinas (1521) e Filipinas (1603). Paralelamente ao sistema de sesmarias para a distribuição das terras cultiváveis vigeu o modelo de cessão de terras também para a ocupação e formação das áreas urbanas. As vilas possuíam a jurisdição e autoridade sobre uma área denominada termo, de cerca de seis léguas, isto é cerca de 40 km, (Ribeiro, 2011, p.9) no interior do qual instalava-se o núcleo urbano junto ao qual demarcava-se o rossio

destinado ao aproveitamento comum dos habitantes para pastagens e moradias. Nestas áreas do rossio é que a Câmara Municipal ia abrindo novas ruas, demarcando os quarteirões e concedendo parcelas de terras – as chamadas datas de terra – para as novas edificações.

Deste modo, a efetiva conversão do solo rural e do solo devoluto dos rossios em solo urbanizado dependia deste processo de cessão de terras pelas Câmaras Municipais. Tendo como referência, em grande parte dos casos, um plano em grelha ortogonal (Teixeira, 2012) e uma dimensão padrão para o quarteirão, as parcelas e a largura das vias, cabia à figura do arruador (Moreira, 2003) efetivar o plano urbano ao demarcar essas dimensões reguladas pela Câmara. Tal processo definia, simultaneamente, as dimensões e localização do lote, da quadra, da rua e do edifício, que eram confirmadas a cada nova doação fazendo-se os ajustes necessários para manter, dentro do possível, o esquema originalmente previsto.

É em função desta dinâmica particular de planejamento e efetivação da ocupação do território que se buscou identificar e acompanhar a evolução da urbanização dos rossios destas vilas fundadas no período colonial a partir da distribuição destas datas de terra. Assim, este trabalho busca compreender a dinâmica de ocupação do território e formação da morfologia urbana baseada nos procedimentos de parcelamento e arruação luso-brasileiros, a partir do estudo de caso do núcleo central da cidade paulista de Campinas, Brasil – correspondente ao rossio da vila demarcado no período 1815-1859, intervalo coincidente com os registros de distribuição das datas de terra pela Câmara.

A proposta de estudo do desenvolvimento destas vilas por meio deste fenômeno específico busca superar a dificuldade, normalmente encontrada, da ausência de registros gráficos (mapas, plantas e bases cartográficas) que acompanhe o crescimento das vilas coloniais. Neste sentido, o uso das datas de terra apresenta a vantagem de ser um processo de cessão de terras a partir de uma decisão dos vereadores e que, por esta natureza, estava normalmente sujeito ao registro, pelo escrivão da Câmara, nos livros oficiais do concelho. Desde que os registros tenham sido adequadamente efetuados e mantidos ao longo do tempo tem-se uma

série documental extensa e coesa o suficiente para acompanhar as dinâmicas de ocupação do solo urbano.

As datas de terra de Campinas

A cidade de Campinas foi fundada como a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato-grosso de Jundiáí, pertencente à Vila de Jundiáí, em 1774, em um contexto de crescente interiorização e busca por maior racionalidade administrativa da colonização portuguesa na recém-recriada Capitania de São Paulo, sob o governo do 4º Morgado de Mateus (Pupo, 1969; Derntl, 2010), dentro de um contexto mais amplo das reformas Pombalinas do Império Português. Em 1797, a então freguesia foi emancipada de Jundiáí formando a Vila de São Carlos, que recuperaria a denominação de Campinas – mantida até a atualidade – quando da sua elevação à categoria de cidade, em 1842.

No ato da implantação da freguesia, a racionalidade do plano urbano em grelha ortogonal impôs-se à povoação por ordem do governador da Capitania que determinou que se fundasse a povoação de forma que:

Esta seja formada em quadras de secenta ou oitenta varas [cerca de 66 ou 88 m, respectivamente] cada huma e dahy para cima, e que as ruas sejam de secenta palmos [cerca de 13,20 m] de largura, mandando formar as primeiras cazas nos anglos das quadras, de modo que fiquem os quintaes para dentro a entestar huns, com outros (Campos Jr., 1952, p.31).

Assim foi efetuada a disposição inicial para as primeiras quadras demarcadas na freguesia. Quando da emancipação e formação da Vila, essas regras passaram a ser reguladas por disposições da Câmara Municipal, que passou também a distribuir datas de terra no rossio da vila.

No caso de Campinas, as concessões de datas de terra foram registradas em livros próprios para este fim, denominados livros de registros de cartas de data de terra que se encontram hoje conservados no Arquivo da Câmara Municipal de Campinas. Estes livros – no total de dez volumes manuscritos ainda não transcritos, não editados e não publicados – cobrem o período de 1815 a 1859, registrando as datas cedidas e seus respectivos termos de arruação (Figura 1) ao

longo de um período de 44 anos, que corresponde a fase inicial de expansão da cidade dentro dos limites do rossio colonial.

Estes registros contêm uma estrutura semelhante ao longo de todo o período analisado, possuindo identificação do solicitante da data de terra e uma petição em que o próprio solicitava aos vereadores a cessão da terra em um local específico, descrito no texto. Cada registro contém ainda a deliberação dos vereadores em favor do interessado e a ordem emitida para que seja medida e demarcada a terra, juntamente ao despacho do arruador indicando o cumprimento da ordem e dando, normalmente, a indicação das dimensões e do local da parcela arruada e os proprietários das parcelas conflitantes.

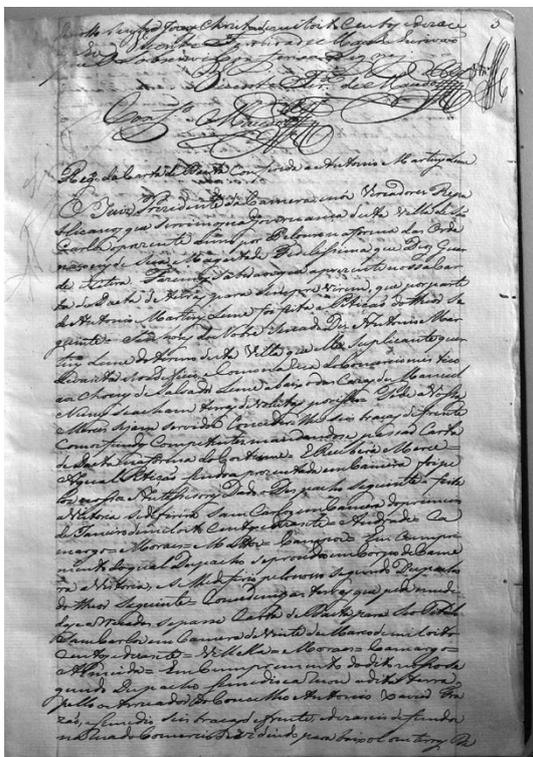


Figura 1. Carta de data de terra concedida a Antônio Martins Leme em 19/05/1817. (fonte: fotografia dos autores a partir do original pertencente ao arquivo da câmara municipal de Campinas).

Como exemplo, a carta de terra concedida a Antônio Martins Leme, contém em sua petição inicial o texto seguinte:

(...) Fazemos saber aos que apresente nossa carta de data de terra para sempre virem que por parte de Antonio Martins Leme foi feita a petição de theor seguinte = Senhores do nobre

Senado diz Antonio Martins Leme do termo desta villa que elle supplicante quer levantar seo edificio e como na Rua do Commercio fica aos chans de Salvador Leme abaixo das casas de Manuel Nunes se acham terras devolutas por isso = pede a Vossas Mercês sejam servidos conceder-lhe seis braças [13,20 m] de frente com os fundos competentes mandando passar carta de data na forma do costume. (Campinas, 1817-1821, fl.03)

E o despacho do arruador, no mesmo registro, contém a indicação seguinte:

(...) Em cumprimento do dito nosso segundo despacho se medio e arruou a dita terra pello arruador do concelho Antonio Xavier Frazão, se medio seis braças [13,20 m] de frente e dezasseis [35,20 m] de fundos na Rua do Comercio dividindo para baixo com terras devolutas e para cima com Manuel Nunes. (Campinas, 1817-1821, fl.03)

Da leitura destes trechos, tem-se uma noção do tipo de informação que se pode extrair destes documentos. A leitura de um único registro não parece conter informações suficientes para precisar a localização da parcela citada. Entretanto, a leitura conjunta da totalidade dos registros disponíveis, associada aos dados constantes em cada um, possibilita identificar as relações por meio dos nomes citados e das localizações indicadas com outros registros, fazendo emergir padrões de relacionamento entre os registros e de localização geográfica destas parcelas.

Para que fosse possível fazer o cruzamento dos dados, foi necessário fazer, primeiramente, a leitura, extração e compilação dos dados de interesse para um banco de dados. Ao longo deste estudo foram lidos e compilados 1612 registros, dos quais 1375 continham dados completos relativos ao nome do solicitante, localização da parcela solicitada, dimensões da parcela, divisas e proprietários conflitantes e a data do registro.

Método de estruturação dos dados

Uma vez efetuada a compilação dos dados foi possível estabelecer as relações entre eles e entre os registros e o tecido urbano atual da cidade de Campinas.

Inicialmente constatou-se que não havia um sistema de localização oficial padronizado, tal como um sistema de numeração das parcelas ou mesmo de denominação das ruas. No caso de Campinas, a primeira lei a estabelecer uma nomenclatura oficial para as ruas da cidade data de 1848 atingindo, portanto, apenas a parte final do período estudado. Esta ausência de uma padronização certamente dificultou o trabalho de identificar em qual rua (e em qual região da rua) estava localizada a parcela descrita no registro. Por outro lado, esta mesma ausência permitiu acompanhar a formação da nomenclatura popular das ruas (que seria, grosso modo, oficializada pelo ato de 1848) associadas às legendas religiosas (como a Rua do Rosário, ou a Rua de São José), à geografia natural da vila (como a Rua do Brejo, a Rua das Flores) ou ainda aos edifícios e referenciais importantes (como a Rua da Cadeia ou a Rua do Teatro).

As nomenclaturas populares que ficaram registradas nos documentos também

permitiram identificar as vias e rotas consideradas principais para os deslocamentos dos habitantes, assim como as regiões em que subdividiam o rossiô para fins de identificação da localização. Deste modo, tem-se exemplos claros de formação de uma rua secundária como fundos de uma rua principal, como acontece na Rua das Flores (atual Rua José Paulino) e a rua designada inicialmente simplesmente como Rua Detrás da Rua das Flores (atual Rua José Alencar), que demonstra uma prioridade da primeira sobre a segunda e também fornece elementos para identificar o que era considerado como parte de trás, frente, baixo ou acima da vila. Todas essas indicações em conjunto formaram um quadro significativo daquilo que Lamas (2000, p 58) chama de “sistema de orientação” dos habitantes de um lugar: as redes de caminhos prioritários, escolhidos para o deslocamento dentre todos os possíveis, os edifícios, marcos e acidentes geográficos utilizados como pontos de referência na paisagem circundante (Figura 2).

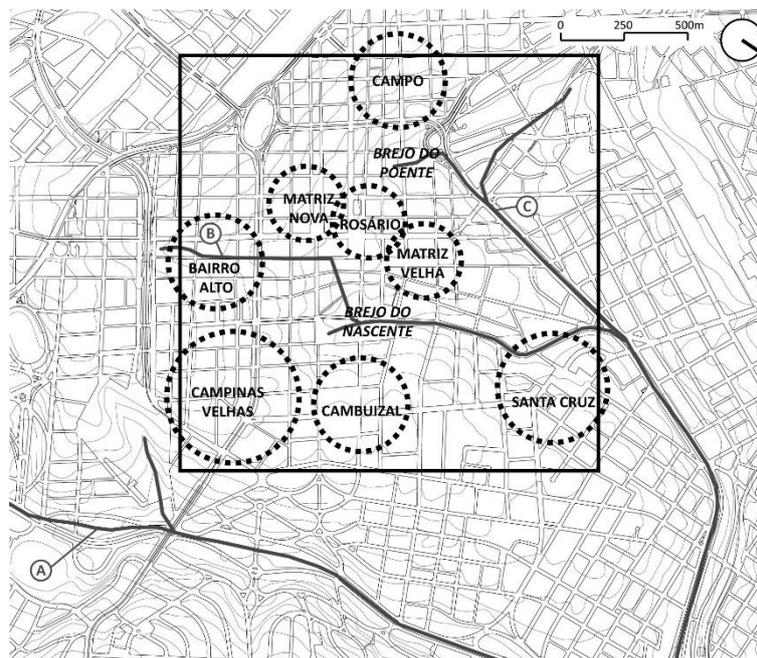


Figura 2. Núcleo central de Campinas: indicação das diferentes regiões do rossiô sobre a morfologia atual, conforme constante na denominação popular registrada nas datas de terra. O quadrado representa os limites dor rossiô, centrado no pelourinho (Largo do Carmo). Córregos: A – Córrego do Proença, B – Córrego do Tanquinho, C – Córrego do Barbosa ou do Serafim (fonte: elaborada pelos autores).

A forma utilizada para complementar as informações pouco claras, ou mesmo ausentes em um registro, foi a comparação com os registros situados na mesma localização, juntamente àqueles cujos proprietários eram citados mutuamente –

através das indicações de propriedades conflitantes – permitindo a identificação de grupos de parcelas relacionadas, por vizinhança ou proximidade. Estas redes de relacionamento, proximidade e vizinhança puderam ser graficamente representadas, na

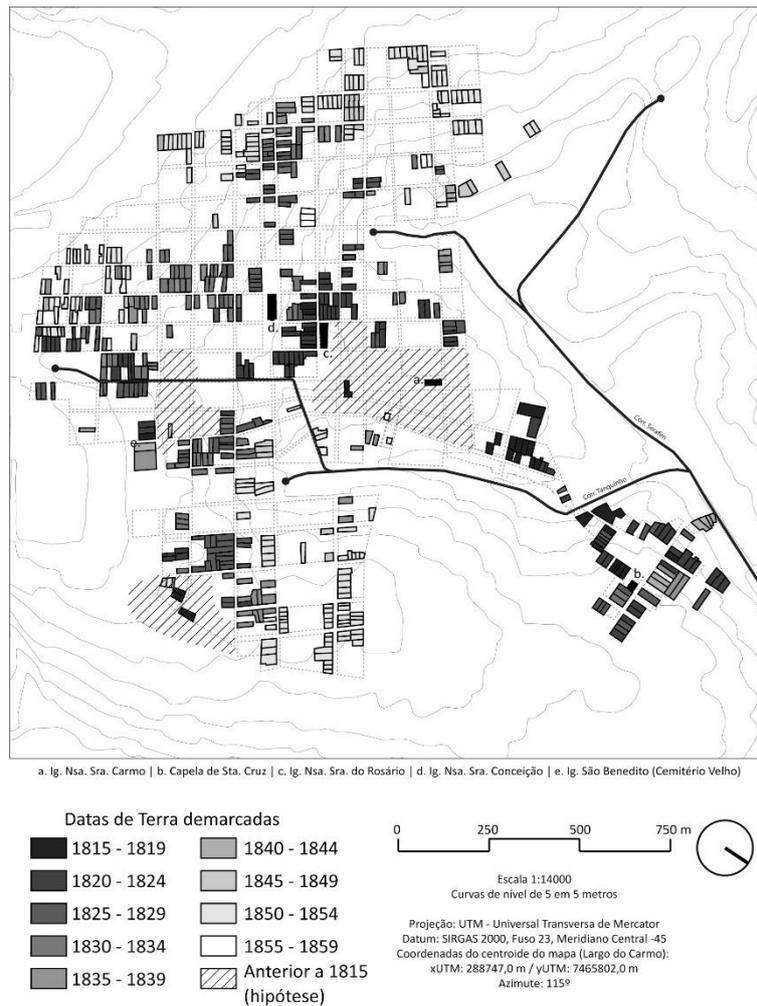


Figura 4. Mapa sintese das datas de terra demarcadas no rossio de Campinas entre 1815 e 1859 (fonte: elaborada pelos autores).

Conclusões

Um breve olhar na morfologia atual do núcleo central de Campinas revela uma malha ortogonal, em geral bastante coesa e regular, distinguindo-se apenas pelas ruas mais antigas da então freguesia. Esta aparente uniformidade tem sido interpretada, na historiografia tradicional de Campinas, como um indício de que a cidade se desenvolveu em ondas sucessivas a partir do seu ponto de fundação espalhando-se pelo rossio de maneira uniforme. Contudo, os resultados apontados por este estudo e a interpretação dos dados constantes nas cartas de data de terra demonstram uma dinâmica diversa, em que a cidade se desenvolveu dentro do rossio demarcado, porém em pontos diferentes daqueles limites: parte nas bordas, associados aos caminhos principais e parte no interior, associado às igrejas, capelas e demais pontos de interesse, sempre buscando ocupar prioritariamente as terras

planas e secas – a salvo das inundações dos córregos próximos.

A observação desta dinâmica naturalmente corrobora a visão defendida por diferentes autores, como Moreira (2003) e Teixeira (2012) entre outros, da existência de uma noção específica de planejamento urbano, dentro do urbanismo tradicional luso-brasileiro que, em vez de impor um plano urbano fechado a priori, buscava partir de um conjunto simples de regras (como dimensões das parcelas, de vias e dos quarteirões) adaptar uma malha ortogonal referencial às particularidades do sítio e à necessidade de se preservar alguns elementos preexistentes (igrejas, estradas). No caso de Campinas, a figura do arruador foi fundamental para a estruturação da forma urbana como hoje é vista, uma vez que se identifica um crescimento da área urbanizada ancorado em pontos de interesse e vias de comunicação relativamente distantes entre si que, no entanto, foram sendo paulatinamente

incorporadas a unidade do tecido urbano do núcleo central da cidade.

Por outro lado, o estudo aponta para a viabilidade e até mesmo para ganhos de interpretação em se utilizar de séries documentais não gráficas (como as Cartas de Data de Terra), registros relativos à posse e à organização do parcelamento para suprir a ausência de elementos gráficos que permitam uma análise da evolução histórica de uma certa morfologia urbana, como

tradicionalmente se faz. Fica evidente que séries documentais coesas e extensas o suficiente e que possuam dados mínimos que permitam identificar e localizar o parcelamento temporal e espacialmente podem ser utilizadas no estudo da morfologia urbana e podem, inclusive, fornecer dados estruturados suficientes para que seja possível a criação de mapas e cartografias que sintetizem tais informações.

Notas

¹ Este artigo foi submetido originalmente até o prazo de 20 de julho de 2019 ao PNUM 2019 Maringá. A seleção dos artigos foi feita pelos editores desta seção

temática entre 24 de agosto e 29 de outubro de 2019. As versões revisadas foram enviadas até o dia 10 de dezembro de 2019.

Referências

Campinas. Arquivo da Câmara Municipal. (1817-1821) *Termos de arruação e posse de cartas de data de terra da câmara da vila de São Carlos, 1817-1821*. (Manuscrito). Tomo nº23.

Campos Jr., T. S. (1952) História da Fundação de Campinas (Subsídios). Em: IBGE. *Monografia histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pp. 05-187.

Conzen, M. R. G. (1960) *Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis*. Publication of the: Institute of British Geographers, Londres, n.27, pp. 1-122

Derntl, M. F. (2010) Método e arte: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-09062010-143444/ptbr.php>. [Consultado em: 28 de agosto de 2017].

Gauthiez, B. (2004) The history of urban morphology. *Urban Morphology*, v.8.2, p.71-89. Disponível em: http://www.urbanform.org/online_public/2004_2.shtml. [Consultado em: 28 de agosto de 2017].

Lamas, G. (2000) *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. 2ª ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a ciência e tecnologia.

Lapa, J. R. A. (2008) *A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. Campinas, Editora da Unicamp.

Moreira, R. (2003) A arte de ruação e a cidade luso-brasileira. *Cadernos de pesquisa do LAP*, nº 37, 8-30.

Pereira Costa, S. A.; Netto, M. M. G. (2015) *Fundamentos de morfologia urbana*. Belo Horizonte, Editora C/arte.

Pupo, C. M. M. (1969) *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas, Academia Campinense de Letras.

Ribeiro, F. V. A. (2011) A terra urbana colonial: o exemplo da vila de São Paulo. *Anais (Eletrônicos) do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=775. Consultado em: 24 de setembro de 2018.

Sueyoshi, T. D. P. O. (2007) As sesmarias nas ordenações do reino. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 102, pp. 695-711. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67775/70383>. [Consultado em: 24 de setembro de 2018].

Teixeira, M. C. (2012) *A forma da cidade de origem portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Tradução do título, resumo e palavras-chave

Land plots in colonial urban parcelling and its impact on urban morphology: the case of Campinas, Brazil (1815-1859)

Abstract. *In the Portuguese colonization of America, the founded villages followed the principle of occupation of the territory by the assignment of the lands of the rossios in parcels – called datas de terra – through the obligation to build. These assignments, together with the arruamento process, established the urban use of the soil, materializing plot and building, block and street, giving effectiveness to the urban plane. This paper seeks to understand the dynamics of occupation of the territory and formation of urban morphology based on Luso-Brazilian urban parcelling and arruação process from the case of the central nucleus of the city of Campinas, Brazil, in the period 1815-1859, incident with the records of distribution of the datas de terra by the municipal council. The written records were compiled, had their information extracted and crossed in the form of graphs in order to allow the geolocation of the plots described verbatim, and, starting from the non-graphic record to the graphic record, the elaboration of maps that they made it possible to identify the development of urban morphology in the central nucleus of Campinas, suggesting that the analysis of this type of non-graphic record may contribute to the field of study of urban morphology in portuguese-matrix cities and cities of the Brazilian colonial period.*

Keywords. *urban morphology, datas de terra, urban parcelling, arruação, Campinas.*

Editores responsáveis pela submissão: Karin Schwabe Meneguetti, Renato Leão Rego e Gislaine Elizete Beloto.

Licenciado sob uma licença Creative Commons.

